



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

THAÍS ALVES RIBEIRO

**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: das reformas
kemalistas à política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento.**

BRASÍLIA

2018

THAÍS ALVES RIBEIRO

**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: das reformas
kemalistas à política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Dr. Danilo Porfírio de Castro
Vieira

BRASÍLIA

2018

THAÍS ALVES RIBEIRO

**O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: das reformas
kemalistas à política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Prof. Dr. Danilo Porfírio de Castro Vieira

BRASÍLIA, _____ DE _____ DE 2018

BANCA AVALIADORA

Professor Orientador: Dr. Danilo Porfírio de Castro Vieira

Professor(a) Avaliador(a):

O PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: das reformas kemalistas à política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento.

Thaís Alves Ribeiro¹

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar as relações internacionais da Turquia com o Ocidente, com foco de análise em sua relação com a União Europeia, sobretudo no que concerne ao processo de adesão da Turquia ao bloco. A primeira seção visa contextualizar historicamente a República da Turquia a partir de sua fundação pelo líder Kemal Atatürk em 1923, pontuando a importância política e histórica das chamadas reformas kemalistas. Busca-se, neste primeiro ponto, compreender a trajetória turca de ruptura com o passado otomano a partir da instauração de reformas e valores ocidentais até a atual inserção do país no cenário internacional. A segunda seção, por sua vez, aborda o pedido de adesão da Turquia à União Europeia – o mais longo da história do bloco, iniciando-se ainda nos anos 50. Propõe-se entender os avanços e retrocessos do processo de adesão ao bloco europeu, a partir de um breve resumo da relação entre os dois atores internacionais. Em seguida, na terceira seção, analisa-se a política externa turca no que concerne ao Ocidente e à União Europeia, proveniente da ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) e da atuação do presidente Recep Tayyip Erdoğan. Por último, na quarta seção, pretende-se explorar a relação da Turquia com o Ocidente a partir das teorias de Relações Internacionais, sobretudo a partir do conceito de ‘choque de civilizações’ e sob o prisma do Construtivismo.

Palavras-chave: República da Turquia. União Europeia. Partido da Justiça e do Desenvolvimento. Erdoğan.

Sumário: Introdução. 6 – Formação da Turquia e o fundamento Kemalista. 9 - A Turquia e a União Europeia: aspirações e frustrações. 14 - A política externa turca: os dilemas da secularidade e ocidentalização. 20 – O Choque de Civilizações e o Construtivismo nas Relações Internacionais. Considerações finais.

¹ Thaís Ribeiro, estudante de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa busca compreender a relação entre a Turquia e a União Europeia, tendo por foco o processo de adesão turco ao bloco europeu. Analisar-se-ão os entraves que dificultam a integração da Turquia ao bloco, na tentativa de explicar o motivo da não-aceitação do país ao bloco, pontuando questões não apenas políticas, mas também societárias, principiológicas e culturais. Os primeiros passos da Turquia em direção ao multilateralismo do bloco europeu acontecem ainda ao final da década de 50, antes mesmo da UE ser um bloco regional consolidado, com o pedido de adesão oficialmente realizado em 1987. Desde então, o país tem tentado reformular sua dinâmica política, tanto no âmbito interno quanto externo, para ser aceito como Estado-membro. Ainda assim, a União Europeia se mostra resistente quanto à adesão turca, apresentando uma série de ressalvas e evidenciando que os pontos de convergência não parecem ser suficientes para o desenvolvimento do processo. As múltiplas dimensões do desenvolvimento da adesão turca envolvem questões políticas, jurídicas e, sobretudo, culturais, resultando em um longo processo de negociações.

O presente estudo, em sua primeira seção, analisará a história da Turquia de forma a compreender suas bases e sua trajetória de aproximação com o ocidente. Examinar-se-á o sistema político teocrático do Império Otomano, bem como a ruína e dissolução do Império, combinada com a má gestão do sultão, culminando na instauração da República da Turquia. Esse processo teve início com os Jovens Turcos, grupo progressista contra o sultanato, sendo continuado por Atatürk. A República da Turquia nasce como uma nova nação, baseada em preceitos ocidentais e seculares, numa tentativa abrupta de ruptura com a religião, sobretudo através dos princípios e da ideologia kemalista. Ao avançar no contexto histórico, a segunda seção propõe-se analisar a aspiração turca de integrar a União Europeia. Para isso, será analisada brevemente a dinâmica da integração regional europeia e o desenvolvimento do pedido de adesão até o período recente.

A terceira seção terá como finalidade abordar a política externa turca, em relação à União Europeia. Para uma melhor compreensão do objeto, será retomada a atuação dos governos anteriores até a ascensão do AKP - Partido da Justiça e Desenvolvimento e do atual presidente Erdoğan. Por fim, a quarta e última seção pretende compreender a relação da Turquia com a União Europeia sob um prisma teórico. Assim, com a contribuição de termos antropológicos - como cultura e identidade - imprescindíveis para o entendimento das relações internacionais, será utilizado o conceito de “choque de civilizações” de Samuel Huntington (1997) e do Construtivismo de Wendt (1992).

1 FORMAÇÃO DA TURQUIA E O FUNDAMENTO KEMALISTA

A formação da República da Turquia, enquanto país secular e democrático, foi produto do declínio do Império Otomano. A ordem política da fase otomana, que compreendeu o período de 1299 a 1922, era tida como sanção divina – a religião, portanto, exercia função de ponte entre a sociedade e o Estado. Esse fenômeno no contexto turco sofreu diversas tentativas de ruptura até a posterior laicidade oficial do Estado turco, entretanto, a conexão Estado-religião pode ser vista ao longo da história da Turquia até o momento presente, ora com momentos de fortalecimento, ora com momentos de enfraquecimento.

A discussão multifacetada entre religião e Estado sempre esteve em consonância com as relações internacionais uma vez que a religião é um dos fenômenos sociais mais antigos e, logo, exerce grande influência na política doméstica e internacional dos países. Em relação à religião, destacam-se quatro modelos de Estado: o teocrático, o secular, o de religião nacional e o multireligioso. Os governos teocráticos se caracterizam pela inserção da religião na esfera política, enquanto que os governos seculares versam sobre a separação das duas esferas em sociedade (MATEO, 2011; VELASCO, 2007).

No caso do Império Otomano, a religião a qual sistema político era submetido era o Islamismo, estabelecida por Maomé em 622. O Islã está presente no território turco a um longo período e possui grande influência até o período recente sendo, inicialmente, representado através dos sultanatos – comunidades políticas baseadas no Islamismo onde o “sultão” referia-se à quem detinha o poder dentro destas comunidades. É importante destacar que o sultão desempenha papel de líder político do Estado, ao mesmo tempo que cumpre a função de líder religioso da comunidade (TOPRAK, 2005).

Durante o século XVI, o Império Otomano começou a enfraquecer devido às suas perdas territoriais. Entretanto, a dissolução do Império Otomano, de fato, iniciou-se em 1908 com a Revolução dos Jovens Turcos. Os Jovens Turcos formaram uma associação de intelectuais do exército que defendia ideais revolucionários e nacionalistas. Eles responsabilizavam o sultão pela a desordem política que a região passava, sobretudo, devido a questões territoriais. Este movimento nacionalista conseguiu findar o sultanato de Abdulhamid II e foi liderado por Mustafá Kemal Atatürk, militar e estadista turco que, posteriormente, proclamou a República na Turquia (CENTRO CULTURAL BRASIL TURQUIA, 2010; SANDRIN, 2015).

Posteriormente, de 1909 a 1918, o Império Otomano ficou sob gestão do sultão Maomé V Raxade – período este que coincide com a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918. Durante

o conflito o Império Otomano aliou-se à Alemanha e foram derrotados (BERTONHA, 2012). Diante da situação política de instabilidade interna derivada do fim da guerra, evidenciam-se ainda mais as demandas e pontos de conflito em ambiente doméstico, bem como o declínio do Império Otomano como um todo. Fez-se necessário, portanto, a criação de um mecanismo capaz de organizar toda essa discussão política.

Em 1920, essa necessidade consolida-se na criação da Grande Assembleia de Ancara, formada e presidida por Mustafá Kemal. No mesmo ano, o Tratado de Sèvres é assinado pelo o sultão otomano Mehmed VI e os países Aliados. O Tratado acabava com o Império Otomano e decidia, também, sobre questões territoriais. O Tratado de Sèvres suscita, novamente, uma exaltação nacionalista, pois as delimitações territoriais não eram favoráveis para a Turquia. O Tratado é rejeitado pelos nacionalistas turcos liderados por Mustafa Kemal Atatürk, culminando na Guerra de Independência Turca, com duração até 1923 (CENTRO CULTURAL BRASIL TURQUIA, 2010).

Neste contexto histórico-político, é possível traçar um paralelo entre a ideologia religiosa e sua influência na forma de pensar e na tomada de decisões dos chefes de Estado muçulmanos. Com o advento dos movimentos nacionalistas e com o fim do Império Otomano e do sultanato, esse ideal é enfraquecido. Atatürk tinha uma resistência em relação ao sultão, no que se referia à organização política. Isso deu impulso ao movimento de resistência nacional, consolidado na Grande Assembleia Nacional de Ancara, de 1920.

A Guerra Nacional de Independência, iniciada em 1919, terminou em 1922 com a Turquia vitoriosa. O processo de instauração da república tem continuidade com o fim do domínio político do sultanato, no mesmo ano. Em julho de 1923, os Estados assinam o Tratado de paz de Lausanne. O acordo foi firmado, mais uma vez, entre os países Aliados e a Turquia. Pelo Tratado de Lausanne, os europeus reconheceram as fronteiras turcas e foi conferido o status do novo país à Turquia (CERVO, 2007). É importante ressaltar que esse tratado anulou o Tratado de Sèvres (1920), assinado pelo então Império Otomano.

A República da Turquia foi fundada no dia 29 de outubro de 1923, por Kemal, também conhecido por Atatürk (“pai dos turcos”). Ele foi o principal responsável por iniciar a ocidentalização do Estado turco, se mostrando resistente, desde sempre, em relação às condições impostas pelo sultão. Na sua perspectiva, o modelo teocrático era atrasado.

A separação entre o Estado e o Islão nasce na Turquia pela mão de Atatürk em 1922. O “pai dos turcos”, como era conhecido, queria a secularização do estado e um regime semelhante aos governos ocidentais. O processo de secularização começa em 1922, no momento em que Kemal Atatürk assume o poder. O estabelecimento do secularismo neste país

não foi um processo gradual de separação do Islão do Estado, como aconteceu no Ocidente. O processo foi abrupto e começa com a abolição do Califado em 1924 e de toda a hierarquia religiosa. As casas sufistas foram fechadas, os pontos de encontro proibidos, as fundações religiosas nacionalizadas e a educação religiosa, durante um certo tempo, proibida (REIS, 2005).

O progresso turco dependeria da reprodução das instituições políticas e valores e ocidentais (HAYNES, 2010). Conforme afirma Sandrin (2015, p. 99), “as reformas de Atatürk almejavam uma completa ruptura com o passado otomano e islâmico e a reorientação da Turquia em direção à ‘civilização europeia’”. Atatürk tinha como objetivo eliminar a influência do poder do Islã, que na sua interpretação era considerado como regressão para o país. Mustafa Kemal Atatürk tinha como projeto fazer da Turquia uma nação liberal, moderna, ocidental, secular e homogênea, mesmo que a população fosse heterogênea (CERVO, 2007; PEIXINHO, 2009; SANDRIN, 2015).

Dando continuidade à sua ideologia de rompimento com a tradição do Império Otomano, Atatürk funda o Partido Republicano do Povo (CHP - *Cumhuriyet Halk Partisi*), ainda em 1923. Dentre os princípios políticos do partido, destacam-se: o republicanismo, o populismo, o nacionalismo, o secularismo, o estatismo e o revolucionismo - denominados de “as seis flechas” do Kemalismo. As setas apontavam o caminho da modernização, para que a Turquia pudesse progredir (PARTIDO REPUBLICANO DO POVO, 2018). Atatürk empreendeu reformas drásticas no seu processo de ocidentalização. Essas mudanças foram de menor e maior grau, passando por diversas áreas da sociedade, verificadas a partir de transições políticas, econômicas e culturais. A capital, por exemplo, mudou de Istambul para Ancara, para manter-se afastada do legado do Império Otomano (BERTONHA, 2012).

No âmbito jurídico, a secularização também foi vista com a substituição do direito religioso. A constituição republicana adotada era semelhante à dos países ocidentais. Em 1926, houve a adoção de um novo código civil inspirado no Código Civil da Suíça, estabelecendo igualdade entre homens e mulheres. O Código Penal, por sua vez, teve suas bases fundadas no Código italiano (TANÖR, 1981). Uma revisão constitucional permitiu a anulação da cláusula que estipulava que: “a religião do Estado é o Islã”, em 1928, retirando o Islamismo como religião oficial do Estado turco.

A língua turca também sofreu modernização. O Ministério da Educação Nacional elaborou e estabeleceu um novo alfabeto turco, substituindo o alfabeto árabe pelo latino. As unidades de pesos e medidas também foram substituídas por unidades do sistema internacional.

A secularização afetou, ainda, a maneira como as pessoas se vestiam, ao mudar as vestimentas tradicionais pelas ocidentais (CENTRO CULTURAL BRASIL TURQUIA, 2018).

Outro resultado da atuação pacífica como instrumento de aproximação ao Ocidente do governo de Atatürk foi a entrada do país na Liga das Nações. Sander (1981) analisa que Atatürk manteve o país fora da Liga por bastante tempo, porém, diante da ameaça que representava o governo nazista de Hitler na Alemanha e dos países do eixo na Europa oriental, a Turquia entrou na Liga por motivos de segurança. Analisa-se que o ingresso do Estado turco na Liga das Nações também contribuiu para que o país se mostrasse favorável à cooperação internacional.

Após a morte de Atatürk, em 1938, um de seus colaboradores, Ismet İnönü, elege-se presidente. Esse período coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o novo Estado turco adotou uma política de neutralidade e pacifismo, visando a proteção territorial e dando continuidade ao projeto de ocidentalização. Por pressão dos Aliados, entretanto, a Turquia declarou guerra aos alemães e japoneses, em 1945. Ao final da guerra, amplia seu relacionamento com o Ocidente, ao receber ajuda econômica e militar Estados Unidos e, em 1952, ao ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte.

É importante destacar que o Islamismo ainda ocupa uma forte posição dentro da Turquia. Como afirma Reis (2005, p. 366), “o processo violento de subjugação da religião ao Estado criou uma resistência popular e o governo de Atatürk teve, desde logo, dificuldade em conter movimentos que defendiam um maior respeito pela religião”. Os esforços de secularização, portanto, não foram impostos de maneira gradativa (HAYNES, 2010).

2 A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA: ASPIRAÇÕES E FRUSTRAÇÕES

A União Europeia é um dos exemplos mais amplos de integração regional, além de possuir o papel de representante do Ocidente na Europa (HUNTINGTON, 1997). A integração regional refere-se ao processo dinâmico de “intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ E HOFFMANN, 2004, p. 168). Essa iniciativa regional integradora de países europeus visa a promoção de medidas conjuntas, em âmbitos diversos, com a finalidade de promover o desenvolvimento comum de seus Estados-membros.

O ponto de partida do processo de integração da União Europeia teve início em 1944, com a criação da organização regional BENELUX. O acordo de União Aduaneira entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo tinha a finalidade de proteger a dinâmica de mercado. A capacidade produtiva e industrial da Europa foi fortemente afetada pela as duas Grandes Guerras. Dessa

maneira, em 1951, é instituída a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). Por conseguinte, em 1957, é assinado o Tratado de Roma instituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE). A CEE teve o objetivo formar uma estrutura de mercado comum na Europa, baseada nas quatro liberdades: circulação de mercadorias, pessoas, capitais e serviços.

O relacionamento entre os países europeus sofre certo desgaste durante o período de bipolaridade da Guerra Fria. A queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, entretanto, simbolizaram uma nova reorganização da Europa - há a unificação alemã, em 1990, e a extinção da União Soviética, em 1991, que desmembra-se posteriormente em outros novos 11 países europeus. Maior (2009) questiona a contribuição desses eventos para a sociedade europeia: “se não tivesse caído o muro de Berlim, teriam estes avanços na integração europeia acontecido – ou acontecido tão depressa?” (MAIOR, 2009, p. 201). Ainda que a pergunta do autor permaneça apenas em caráter especulativo, sabe-se que esses eventos, de fato, catalisaram o processo de expansão da UE - especialmente em direção aos países do leste, outrora sob influência da União Soviética.

A fundação da União Europeia, através do tratado de Maastricht, inicia uma nova fase do relacionamento entre os países europeus. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992 e em vigor desde 1993, é um dos mais importantes tratados por fundar a União Europeia. Está determinado no Artigo 2.º, do Tratado de Maastricht que:

A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade da pessoa humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito dos direitos, incluindo dos direitos das pessoas pertencentes às minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros. (UNIÃO EUROPEIA, 1992, tradução nossa).

Analisa-se que o processo de integração europeu foi marcado pela homogeneidade dos princípios constitutivos da União - liberdade, democracia, direitos humanos, Estado de direito -, sempre em consonância com os ideais iluministas (SABA, 2002).

Durante os anos 90, os países do leste europeu - Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Checa, Romênia e Turquia - apresentaram sua candidatura à UE. As negociações para adesão desses países se desenvolvem rapidamente, com a exceção da Turquia que, na visão dos outros membros, “não preenche os requisitos políticos necessários à sua admissão” (SABA, 2002, p.39).

Desde a sua instituição, a União Europeia passou por cinco processos de expansão e atualmente é constituída por vinte e oito Estados-membros. A maioria dos países admitidos à União Europeia necessitavam de uma certa preparação para participar do bloco, assim como a

UE, que também tinha necessidade de arquitetar sua capacidade para acolher os mesmos. À vista disso, fez-se necessário um aprofundamento nos processos de adesão.

Em 1993, um conjunto de critérios foram estabelecidos pelo Conselho Europeu de Copenhague - denominados de Critérios de Copenhague - para apoiar os países e permear o processo de adesão de novos Estados-membros, bem como seu processo de transição e reformas. Esses critérios foram reforçados pelo Conselho de Madrid, em 1995.

Os critérios de Copenhague estão presentes no Artigo 49º, do Tratado da União Europeia (TUE), constituindo a base jurídica da UE. Em suma, os critérios são divididos em: políticos, econômicos e jurídicos. Dentre os critérios políticos, deve-se ter instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito e o respeito aos direitos humanos. Os critérios econômicos englobam a promoção de uma economia de mercado e livre concorrência. No âmbito jurídico, deve-se aceitar e exercer a legislação da União Europeia já aprovada e aplicada.

Um país que deseje aderir à UE deve apresentar a sua candidatura ao Conselho Europeu, que solicitará à Comissão Europeia que avalie a sua capacidade para satisfazer os critérios de Copenhague. Se a Comissão der um parecer positivo, o Conselho chegará a um acordo sobre um mandato de negociação. Então, as negociações oficiais são abertas (CONSELHO EUROPEU, 2018). Devido à grande legislação e regulamentação europeias que cada Estado candidato necessita aderir, a adesão à União Europeia tende a ser um processo complexo e demorado.

O início do processo de integração da Turquia à União Europeia se deu quando a Turquia candidatou-se para ser membro da então Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1959. A CEE propôs condições para que a associação fosse efetivada e quatro anos após, em 1963, o país tornou-se membro associado a partir do Acordo de Ancara. O Acordo de Ancara (1963) estabelece um acordo de associação levando a Turquia à uma União Aduaneira para, posteriormente, se tornar membro pleno da CEE, além da assinatura do primeiro protocolo financeiro:

Artigo 1º - Pelo presente Acordo, é estabelecida uma Associação entre a Comunidade Econômica Europeia e a Turquia.

Artigo 2º 1. O presente acordo tem por objetivo promover o reforço contínuo e equilibrado das relações comerciais e econômicas entre as Partes, levando em conta a necessidade de assegurar um desenvolvimento acelerado da economia turca e melhorar o nível de emprego e as condições de vida da população turca. (TURQUIA, 1963, tradução nossa).

Durante os anos 70, acontecem as assinaturas do Protocolo Adicional e do Segundo Protocolo Financeiro. Em setembro de 1980, a Turquia enfrenta um golpe militar. Devido a este fato, as relações entre o país e a Comunidade Econômica Europeia são paralisadas. Já no final dos anos 80, a Turquia reúne-se com o Conselho de Associação da CEE para dar continuidade ao processo de associação, apresentado um pedido de adesão plena. Em 1989, a CEE atesta a elegibilidade da Turquia – sua candidatura, entretanto, não é aprovada pela Comissão Europeia. Nesse período, o país estava economicamente comprometido e no âmbito político, as relações com o Chipre e com a Grécia eram conflituosas, devido às questões territoriais. De acordo com a Comissão Europeia, essas questões deveriam ser resolvidas para a continuidade do processo (TURQUIA, 2018).

O início das negociações da União Aduaneira da UE e da Turquia acontece em 1994. Após finalizarem o acordo da União Aduaneira, acontece a Conferência de Cúpula de Luxemburgo, em 1997. A Turquia, entretanto, não foi mencionada entre os países candidatos. No ano seguinte, a Comissão Europeia divulgou um documento, denominado “Relatório de Progresso”, para tratar acerca das estratégias europeias para a Turquia, com a finalidade de melhorar o relacionamento entre os dois atores (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

Em 1999, na conferência da Cúpula Helsinque, o Conselho Europeu conferiu o reconhecimento da Turquia como país candidato. No ano de 2001, a Turquia demonstrou avanços em relação ao processo de adesão. Assim, o Conselho Europeu forneceu um roteiro para o processo de adesão do país à União Europeia. É adotado, então, o Programa Nacional para Adoção do *Acquis*² (NPAA - *National Programmes for the Adoption of the Acquis*).

Como mencionado anteriormente, um país que tenha interesse em participar da União Europeia deve adotar todo o seu sistema institucional. Ou seja, o *Acquis Communautaire* refere-se ao acervo da UE, isto é, todo o sistema jurídico-institucional e regras do bloco que estão em vigor. Essas regras são traduzidas em capítulos que são designados aos países candidatos para que os mesmos cumpram suas obrigações de adesão. O acervo contém trinta e cinco capítulos referentes a diversas áreas políticas e está em constante evolução (COMISSÃO EUROPEIA, 2016).

Em dezembro de 2004, acontece a Cúpula de Bruxelas. O Conselho Europeu decide iniciar as conversações referentes à adesão, considerando que a Turquia implementou os critérios políticos de Copenhague de forma satisfatória. O processo de negociações deu-se início, de fato, com a Conferência Intergovernamental de 3 de outubro de 2005. No mesmo dia,

² Sistema jurídico-constitucional que rege a União Europeia, incluindo princípios comuns.

o Documento-Quadro de Negociação (NFD) foi adotado. Esse documento versava sobre as negociações e estava baseado em três itens, a citar: a implementação dos critérios políticos de Copenhague, de modo que as reformas políticas fossem aceleradas; a implementação e alinhamento do acervo da UE e o reforço do diálogo com a sociedade civil do público europeu e turco (TURQUIA, 2018). As reformas, em especial provenientes do processo de adesão, sofreram uma redução de ritmo em 2007 até meados de 2011, quando cria-se o Ministério para Assuntos da União Europeia.

Em meio a esta discussão, um fator importante a ser considerado é a crise migratória da Europa – a maior que o continente vive desde 1945. A crise deve-se, principalmente, ao movimento migratório de refugiados sírios, em razão da guerra civil no país. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, metade da população da Síria foi deslocada durante quase sete anos, devido à violência no país (ACNUR, 2018). Os refugiados sírios se deslocam muitas vezes para países vizinhos, como a Turquia, e para países europeus que integram a União Europeia.

A crise de refugiados e a necessidade de ação neste sentido motivaram, em novembro de 2015, a criação de uma cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da UE com a Turquia. É adotado um plano de ação conjunto para contribuir para a resolução da crise de refugiados. A União Europeia e os seus Estados-membros decidem intensificar a sua cooperação com a Turquia e reforçar, substancialmente, o seu empenhamento político e financeiro.

No ano seguinte, em uma reunião do Conselho Europeu em Bruxelas, os dirigentes da União Europeia chegam a um acordo com a Turquia com vistas a reduzir a migração irregular por via marítima entre a Turquia e a Grécia. Foi assinada, em março de 2016, uma Declaração entre a Turquia e a União Europeia. A Declaração prevê que a Turquia aceite o regresso de pessoas que já fizeram a travessia marítima para a Grécia, a reinstalação na UE de determinados refugiados em proveniência da Turquia e o reforço do financiamento concedido pela UE à Turquia, para ajudar os refugiados acolhidos neste país (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

Assim sendo, dentre os processos de integração regional, o caso da Turquia com a União Europeia mostra-se como um dos casos mais complexos de integração. A discussão da entrada do país no bloco europeu é uma problemática antiga – a Turquia dá seus primeiros passos em direção à uma maior conexão com o ocidente e com a secularização a partir das reformas kemalistas e, posteriormente, oficializa sua tentativa de integração regional a partir da década de 60. Para Sandrin (2015, p. 107), “a trajetória da Turquia em direção à União Europeia deve perdurar, independente do governo em questão”. Entende-se, portanto, que os entraves nesta questão envolvem aspectos políticos, culturais, econômicos e ideológicos – e, estes,

profundamente apoiados em uma tradição europeia ocidental do qual a Turquia, por sua vez, distancia-se.

3 A POLÍTICA EXTERNA TURCA: OS DILEMAS DA SECULARIDADE E OCIDENTALIZAÇÃO

Desde a instauração da República, a geopolítica da Turquia continua desempenhando um importante papel no direcionamento das relações internacionais do país com os demais Estados. Tal fato pode ser visto tanto em relação ao Ocidente, quanto ao Oriente. Para uma melhor compreensão da atual conjuntura política turca com a ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento e do líder Recep Tayyip Erdoğan - no que se refere ao processo de adesão da Turquia à União Europeia - faz-se necessário retomar a atuação dos governos anteriores. Além disso, considera-se relevante sintetizar a vertente dos principais partidos que comandaram o cenário político turco, analisando como a influência das continuidades e rupturas no processo de adesão impactaram o período recente.

A ideia de que a aproximação com o Ocidente seria benéfica para a nação turca partiu do líder Kemal Atatürk, fundador da República da Turquia e do Partido Republicano do Povo (CHP - *Cumhuriyet Halk Partisi*). Como Atatürk interpretava a ocidentalização da Turquia como forma de modernização e desenvolvimento, sua política externa foi responsável pela tentativa de transformação da estrutura política do país, baseando-se na organização dos países ocidentais (PARTIDO REPUBLICANO DO POVO, 2018). O governo do primeiro presidente, entretanto, dura de 1923 a 1938, data de sua morte. A política externa do CHP teve seguimento com o presidente Mustafa İsmet İnönü. O governo de İnönü durou de 1938 até o início dos anos 50. Coincidindo com a Segunda Guerra Mundial, o governo de İnönü prolonga os ideais do CHP, mas preza pela neutralidade durante a guerra.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a posição de neutralidade muda. Devido ao cenário de tensão interna e pressão exercida pelo Ocidente, a Turquia iniciou um processo de democratização. Esse processo resultou na formação do Partido Democrata (DP - *Demokrat Parti*), oposto ao CHP, que comandou a política turca da década de 50 até os anos 60. O partido foi criado por Adnan Menderes, que também ocupava o cargo de primeiro-ministro. A presidência foi assumida por Mahmet Celal Bayar. O Partido Democrata teve destaque por ser mais tolerante, trazendo os temas religiosos - em relação ao Islã - para a agenda política (ERMIDA, 2012; LEÃES, 2014). Embora tivesse sido iniciada uma reaproximação com o mundo árabe e muçulmano, em oposição à clara tentativa de secularização do CHP, há

certa continuidade entre os dois governos: ainda durante o governo Bayar e Menderes, em 1959, há o primeiro pedido de adesão à membresia da Turquia à então Comunidade Econômica Europeia (CEE), representando a tentativa de expansão geopolítica ocidental turca.

Ainda que haja aproximações, o Partido Democrata era fundamentalmente oposto aos projetos de Kemal Atatürk. Ressalta-se que, de fato, a secularização do Estado significava e contribuía para modernização do país de acordo com Atatürk. A esse respeito, Leães comenta:

Não parece correto afirmar que o kemalismo representasse um movimento de separação entre Estado e Igreja, mas sim uma tentativa de impor uma cultura não religiosa na população. Embora algumas mudanças tenham sido bem aceitas pela maioria dos turcos, muitos discordavam da perspectiva de que a modernização se opunha à religiosidade: não haveria contradição em ser muçulmano praticante e perseguir um progresso econômico em moldes capitalistas. (LEÃES, 2014, p. 4)

No ano de 1960, o país sofre seu primeiro golpe militar. O exército turco era contrário ao Partido Democrata, em razão da maior liberdade religiosa que foi estabelecida, e consegue depor o governo de Bayar e Menderes. A Turquia, então, ficou sob domínio do general Cemal Gürsel até a data de sua morte, em 1966. Ainda em 1966, a Grande Assembleia Nacional elegeu Cevdet Sunay para assumir a presidência do país, de 1966 a 1973. Dentro desse período, em 1971, acontece um segundo golpe militar. Dessa vez, o exército turco, por meio de um memorando, justificou a ação alegando que o governo estava se encaminhando para uma anarquia e que seria necessário o restabelecimento da ordem (ELEMEN, 2017).

Vale destacar que as décadas de 70 e 80 foram marcadas pelo Ressurgimento Islâmico. Esse movimento caracteriza-se pela a volta da religião nas sociedades islâmicas, como reação aos valores ocidentais, trazendo uma ideia de solução baseada nas raízes islâmicas. Essa ressurgência foi percebida nas mais diversas esferas: social, cultural e política. Como afirma Huntington (1997, p. 143), “o Ressurgimento Islâmico era o resultado da modernização e ao mesmo tempo, uma forma de lidar com as consequências da mesma”. Esse movimento gerou impacto na política externa turca, com a ascensão de partidos de vertente islâmica a partir de 1970. A busca por uma modernização tem continuidade, contudo, o debate é voltado ao papel da ocidentalização nesse processo. Podemos acrescentar que a influência desse movimento pode ser analisada no atual direcionamento político do país (ALENCAR, 2014; HUNTINGTON, 1997).

O retorno da democracia acontece em 1973 com Fahri Korutürk, eleito sexto presidente da República da Turquia nas eleições gerais. Em 12 de setembro de 1980 ocorre mais um golpe militar na Turquia, sendo este mais violento que os anteriores. Mais uma vez, a

intervenção é justificada com a intenção de restabelecer a ordem. A relação entre os governos eleitos democraticamente e o exército turco é marcada por uma forte tensão. O exército turco possui uma orientação kemalista, ou seja, acreditam possuir a obrigação de conduzir e de proteger os princípios da República instaurados por Atatürk. Assim, quando a política segue um curso diferente do que o kemalismo propôs, a tendência de uma intervenção militar aumenta (LEÃES, 2015).

De 1982 até 1989 a política turca ficou sob o governo de apenas um partido, o Partido da Pátria (ANAP - *Anavatan Partisi*). Esse partido foi criado por Turgut Özal, enquanto primeiro-ministro que posteriormente assumiu a presidência. Também era composto pelo presidente turco Kenan Evren. O ANAP era considerado um partido da centro-direita e mais conservador. Entretanto, semelhantemente, também foi favorável à entrada da Turquia na União Europeia (ALENCAR, 2014). Turgut Özal, de fato, apoiava a ideia da Turquia como ponte entre o Ocidente e o Oriente (LEÃES, 2014; SOCHACZEWSKI, 2018).

Devido à instabilidade política da época, as relações entre a Turquia e a Europa foram congeladas. Em 1982, o Parlamento Europeu decidiu suspender o Acordo de Ankara (ERMIDA, 2012). Özal, contudo, destacou-se por buscar o desenvolvimento da parte econômica, introduzindo uma economia mais neoliberal no Estado turco que viabilizou o relacionamento da Turquia com diversas organizações ocidentais. Por consequência, em 1987, o país solicitou sua adesão como membro pleno da Comunidade Europeia (CE). De acordo com o ministro das Relações Exteriores da época, Vahit Halefoğlu, a solicitação era interpretada como “resultado de nosso objetivo de integrar a Turquia à civilização ocidental desde o estabelecimento da República” (SANDRIN, 2015 *apud* BOZDAGLIOĞLU, 2003). Conforme menciona Huntington (1997), o ex-presidente Turgut Özal chegou a mencionar que o principal fator que impedir a Turquia de integrar a UE era o fato do país ser, predominantemente, uma nação muçulmana.

Os países europeus não queriam encarar a possibilidade de abrir suas fronteiras à imigração de um país de 60 milhões de muçulmanos e muito desemprego. Ainda mais significativo foi o fato de que eles achavam que, do ponto de vista cultural, os turcos não pertencem à Europa. Como disse o presidente Özal em 1992, o desempenho da Turquia em relação aos direitos humanos “é uma razão artificial para que a Turquia não possa ingressar na UE. A verdadeira razão é que nós somos muçulmanos e eles são cristãos”, porém, acrescentou, “eles não dizem isso”. (HUNTINGTON, 1997, p. 181)

De 1989 a 1993, Özal também direcionou sua política externa com vistas a aproximação com o mundo árabe. A Turquia pôde, durante toda a sua história, beneficiar-se do

contexto geopolítico que está inserida. A política externa adotada no fim dos anos 90 deu continuidade a aproximação com o mundo árabe. Esse período, de 1993 a 2000, foi marcado pela atuação do Presidente Süleyman Demirel do Partido do Verdadeiro Caminho (DYP - *Doğru Yol Partisi*, de centro-direita com ideais conservadores) e pelo primeiro-ministro Necmettin Erbakan, até então do Partido do Bem-Estar (RP - *Refah Partisi*) e após do Partido da Felicidade (SP - *Saadet Partisi*).

Apesar de adotar valores diferentes em relação ao Ocidente, tanto o Partido do Bem-Estar quanto o Partido da Felicidade possuíam uma vertente islâmica. O primeiro-ministro Necmettin Erbakan interpretava a entrada da Turquia na União Europeia, um país predominantemente muçulmano, como forma de associação do país à uma união cristã. Dessa maneira, priorizava a relação da Turquia com os demais países árabes e de orientação muçulmana. “Os partidos liderados por Erbakan eram contrários à orientação europeia e ocidental em política externa e eram favoráveis a um papel de liderança do país no mundo muçulmano” (SANDRIN, 2015, p. 102).

Erbakan foi um dos principais representantes do Islã Político na história da política turca. Essa concepção defende que a organização política e social provém da religião islâmica. É importante destacar que o Islã Político é um resultado do Ressurgimento Islâmico, mas não constitui o mesmo fenômeno. Os movimentos de ressurgência não se reduziram aos movimentos políticos (ALENCAR, 2014), uma vez que estes também podem ser de cunho social/cultural. Erbakan não era favorável a uma orientação ocidental - em especial, europeia. De maneira oposta, o objetivo do primeiro-ministro era reaproximar a Turquia de suas origens islâmicas com a intenção de conseguir a liderança da região. No entanto, devido à pressão dos militares para que Erbakan renunciasse, seu mandato teve uma duração curta, de 1996 a 1997 (LEÃES, 2014; LOCCI, 2014; SANDRIN, 2015).

O final dos anos 90 até meados de 2006 foi marcado pelo desenvolvimento no processo de adesão da Turquia à UE. Em 1996, foi estabelecida uma União Aduaneira. Por conseguinte, em 1997, acontece a Cúpula de Luxemburgo onde o país é considerado elegível para participar do processo de admissão. Com as reformas realizadas pelo o primeiro-ministro Bulent Ecevit durante seu mandato, de 1999 a 2002, o processo teve uma grande evolução. Ecevit era do Partido da Esquerda Democrática (DSP - *Demokratik Sol Parti*) que afastava as questões religiosas da política. Em 1999, o Conselho Europeu favoreceu a situação da Turquia na Conferência de Helsinque (ERMIDA, 2012). Doravante, em 2001, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP - *Adalet ve Kalkınma Partisi*) é criado por Abdullah Gül, sendo esta a

associação que iria dominar a política turca nos anos seguintes. Ecevit permaneceu como primeiro-ministro até 2002, quando foi substituído por Gül.

A República da Turquia, de 2000 a 2007, ficou sob a gestão de Ahmet Necdet Sezer. Nota-se que a política externa do presidente Sezer foi assinalada por uma preferência aos valores ocidentais e seculares. Foi nesse período que a atuação política do atual presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, iniciou-se, de fato, sendo nomeado pelo presidente para o cargo de primeiro-ministro em 2003. Na gênese do governo de Sezer até 2004, o país empenhou-se para reformular suas políticas, adequando-se ao que a União Europeia havia estipulado a partir dos Critérios de Copenhague (LEÃES, 2014). Assim, em 2005, a União Europeia inicia o processo de admissão da Turquia à União Europeia.

É importante evidenciarmos a história do Partido da Justiça e do Desenvolvimento para a compreensão da dinâmica da política turca e do desenvolvimento do processo de adesão após a virada do século. Até o final dos anos 90, o Partido da Virtude (FP - *Fazilet Partisi*) de orientação islâmica, destacou-se por: defender um discurso diferente sobre democracia: tratar o Ocidente como aliado, dando prioridade às relações com a União Europeia, e defender a liberdade religiosa (ALENCAR, 2014). O FP começou a enfraquecer no cenário político turco devido à oposição kemalista, sendo acusado por não promover o secularismo no Estado. O partido foi fechado em 2001.

Surgiram dois novos partidos políticos do fim do Partido FP: o Partido da Felicidade (SP - *Saadet Partisi*) liderado por Recai Kutan e o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP - *Adalet ve Kalkınma Partisi*) criado por Abdullah Gül e chefiado por Erdoğan. Ermida (2012) considera que o partido AKP possui uma base islâmica, entretanto não se assemelha com os outros partidos que surgiram posteriormente. O modelo adotado pelo o partido é considerado híbrido, por combinar ideias islâmicos com elementos da democracia, diferenciando-se do FP em certos aspectos, como o papel da religião e a relação com o Ocidente (ÇINAR, 2011; ALENCAR; 2014). Leães (2014) explicita que a maior diferença entre o SP e o AKP referia-se à estratégia mais branda do AKP que priorizava a secularização. Devido a essas características, em 2002, o AKP conseguiu ser maioria no Parlamento turco, sendo o partido mais votado (PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO, 2018; LEÃES, 2014).

De 2007 a 2014, o Estado turco ficou sob a liderança de Abdullah Gül, na posição de presidente. Recep Tayyip Erdoğan, ainda como primeiro-ministro, foi o principal responsável pela a mudança e condução da política externa deste período em diante. A política externa do AKP foi fundada na “Teoria da Profundidade Estratégica” (ou “Neo-otomanismo”),

desenvolvida pelo político e internacionalista Ahmet Davutoğlu, utilizando-se do princípio de “zero problemas com vizinhos” para mediar as relações com os demais países (BASTOS E BARRINHA, 2014). Apesar de alguns governos terem priorizado as relações diplomáticas da Turquia com Estados próximos durante sua história, bem como os países do Oriente Médio, a maioria dos esforços da política externa tinham sido para uma aproximação com o Ocidente especialmente com a União Europeia, seguindo a herança kemalista. Isso não significou um distanciamento com a UE. Em 2011, foi criado O Ministério para Assuntos da União Europeia para coordenar as questões referentes às negociações do processo de adesão (TURQUIA, 2018).

Em agosto de 2014, Recep Tayyip Erdoğan venceu a eleição presidencial. Ahmet Davutoğlu, que estava na posição de ministro das Relações Exteriores passou a ocupar o cargo de primeiro-ministro, de 2015 a 2016. Em março de 2016, em virtude da crise migratória que gera impactos tanto para a Turquia quanto para a União Europeia, foi firmado um acordo pela chanceler alemã Angela Merkel e por Erdoğan. Devido à sua dinâmica regional e função de “ponte”, a Turquia é um país indispensável na tentativa de contenção dos impactos da crise de refugiados (COMISSÃO EUROPEIA, 2016; SOCHACZEWSKI, 2018). Esse fator poderia favorecer as negociações de adesão ao bloco europeu, contudo, uma série de fatores durante a presidência de Erdoğan impactou negativamente a relação entre a Turquia e a União Europeia. O maior deles foi a tentativa de golpe em julho de 2016. Por esse motivo, Erdoğan entrou em conflito com o exército turco, resultando em um caos político (NASSER E MORAES, 2016).

O presidente turco tem sido muito criticado pela a comunidade internacional devido ao seu autoritarismo. Recep Erdoğan fez repressões à mídia, afetando a liberdade de imprensa, e cogitou restaurar a pena morte abolida em 2002 (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016; BASTOS E BARRINHA, 2014). Esses atos contra os direitos humanos são incompatíveis com os princípios da União Europeia e, como resultado, as pretensões de integração da Turquia são travadas. O presidente Erdoğan vem tentando aumentar seu poder a partir de reformas políticas. O regime político turco, até 2017, era parlamentar unicameral. Após um referendo, entretanto, o sistema de governo foi transformado para presidencialista - o papel do primeiro-ministro é extinto e o mandato presidencial terá cinco anos. A medida não valerá para o regime vigente. Entretanto, se Erdoğan for reeleito, sua gestão pode se estender por longos anos. No que diz respeito à relação Turquia - UE, o período recente está pautado nos desdobramentos do acordo sobre a situação migratória e na persistência do país de ainda ser aceito na União Europeia (CONSELHO EUROPEU, 2018).

A transição da política externa turca desde a ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento pode ser interpretada pela a ação estratégica de priorizar as relações

diplomáticas que trarão menos custos de oportunidade para o Estado uma vez que “nas Relações Internacionais, não há amigos ou inimigos eternos, há apenas a questão dos interesses eternos” (ESMER *apud* ERMIDA, 2012, tradução nossa). A Turquia ainda almeja ser um membro da União Europeia e mostra-se resiliente no processo, ainda que uma série de questões - econômicas, sociais, políticas e especialmente, culturais – sigam permeando a relação entre os dois atores internacionais. A geopolítica do país permite haver um equilíbrio entre nações ocidentais quanto orientais. Essa noção demonstra uma certa ruptura com os ideais kemalistas, ao considerar que o progresso seria consequência apenas da relação com o Ocidente (FELISBERTI E JULIO, 2016; SANDRIN, 2015).

4 O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES E O CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O período posterior a Guerra Fria trouxe uma longa discussão para o campo das Relações Internacionais - principalmente para o debate teórico, considerando fatores além dos tradicionais. Huntington (1996) apresenta a noção de que as relações e os conflitos não seriam mais pautados em elementos ideológicos, mas sim em elementos culturais e analisa o papel de “ponte” desempenhado pela Turquia. Ainda na análise teórica, utiliza-se a contribuição do Construtivismo de Wendt, observando como a formação da identidade dos Estados interfere nos interesses dos mesmos.

4.1 O choque de civilizações e a relação entre a Turquia e a União Europeia

O “choque de civilizações” traz a reflexão sobre em que medida o conceito discutido na obra de Huntington (1996) continua atual e aplicável para entender as relações entre os Estados. Com a finalidade de uma melhor compreensão das ideias abordadas por Huntington (1997), faz-se necessário a conceituação de certos termos antropológicos de extrema importância para as Relações Internacionais, como cultura e identidade. Apesar de ser dissolvida em outras variáveis, a questão identitária é o principal aspecto que afeta a integração da Turquia à União Europeia (BRUMAT, 2014; GÜMÜŞ, 2016). Para Castells (1999, p. 22), toda e qualquer identidade é produto de um processo de construção baseada em “um atributo cultural ou ao conjunto de atributos culturais interrelacionados”. A questão central é sobre como, a partir de quê, por quem e para que essa construção acontece.

O percurso histórico realizado pelo país envolvendo seus processos de secularização, ocidentalização e modernização iniciados por Kemal Atatürk exerceu influência na identidade do Estado turco. Logo, os partidos políticos e as identidades estão vinculados. Inaç (2004) explica que a identidade turca passou por três níveis de transformação: inicialmente no período otomano, seguida da reforma kemalista e o mais recente proveniente do processo de adesão ao bloco europeu - identifica-se, portanto, quatro identidades principais no país (GÜMÜŞ, 2016). Devido às suas rupturas com o passado otomano, a Turquia é um país caracterizado por muitas divisões socioculturais. Cada uma dessas identidades repercute de maneira divergente em relação ao processo de adesão, expressadas pela as posições partidárias (HUNTINGTON,1996; GÜMÜŞ, 2016).

O país está dividido, basicamente, em quatro identidades principais. Sendo elas: islâmica, kemalista, nacionalista e ocidentalizada. Grande parte da população turca é muçulmana e, por consequência, seguem os preceitos políticos do Islamismo. Dado o exposto, a identidade islâmica destaca-se em relação às outras. Entretanto, vale apontar que a visão sobre o Islã na Turquia difere-se do pensamento no mundo árabe por esse contexto de ruptura com o passado otomano que o país está inserido. Os partidos de tendência islâmica interpretam a entrada da Turquia na União Europeia como uma grande expressão da ocidentalização. Essa ocidentalização colocaria em xeque os valores convencionais da Turquia (GÜMÜŞ, 2016), ameaçando a identidade turca.

O Partido da Justiça e Desenvolvimento é considerado islamista. Contudo, segundo Haynes (2010, p.313), o AKP demonstra o impasse de estar associado à identidade islâmica, e ao mesmo tempo, defender valores ocidentais e democráticos. Esse dilema nada mais é do que a realização da política externa do partido com base na Teoria da Profundidade Estratégica. Sobre o pedido de admissão na UE, analisa-se que:

(...) a religião é o principal parâmetro determinante da identidade, portanto, os europeus, que enfatizaram suas identidades religiosas durante as Cruzadas e outras alianças ao longo da história, não abrigariam uma entidade política que tem um caráter islâmico dentro de seu 'clube cristão'. (INAÇ, 2004, p. 96, tradução nossa).

A identidade kemalista emergiu após a fundação da Turquia. Está baseada nos valores seculares, defesa do patriotismo e rejeição da identidade e passado otomano. Em relação à União Europeia, o Partido Republicano do Povo (CHP) apoia adesão da Turquia. O CHP tornou-se mais ativo no processo em 2008 após uma reunião com o Conselho Europeu em Bruxelas, quando criou uma ala no partido apenas para assuntos referentes à adesão. O partido

analisa que o bloco deseja apenas níveis diferentes de relação e não uma adesão completa (REPRESENTAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA DO CHP, 2018).

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, surge a identidade nacionalista que enfatiza, ainda sob os preceitos islâmicos, o predomínio do militarismo. A maior expressão dessa identidade é o Partido do Ato Nacionalista (MHP - *Milliyetçi Hareket Partisi*) que não é, significativamente, forte no cenário político turco. O partido entende que a adesão à UE significaria perda da soberania nacional e, conseqüentemente, perda de sua identidade. Por fim, temos a recente identidade ocidentalizada advinda dos processos de modernização e globalização. Essa identidade está vinculada ao secularismo e é pró entrada da Turquia na União Europeia, como parte de seu processo de desenvolvimento (GÜMÜŞ, 2016).

No que concerne à identidade europeia, Brumat (2016) resume que a mesma tem raízes nos valores iluministas do século XVIII. Esses valores “incluíram a aceitação da democracia parlamentar como forma de governo, a separação do Estado e da Igreja, o desejo de progresso e o conceito de cidadania” (BRUMAT, 2014, p.188). Os objetivos e valores da União Europeia expressos nos documentos principais do bloco como o Tratado de Maastricht (1992) e o Tratado de Amsterdão (1999), bem como os critérios de Copenhague, versam sobre todos esses valores: liberdade, democracia, direitos humanos, Estado de direito (BRUMAT, 2014; PARLAMENTO EUROPEU, 2018).

A política Internacional contemporânea tem sido marcada por uma série de conflitos, estes motivados por questões identitárias e culturais. Segundo Gumuş (2016, p. 94), “a Turquia e a Europa são incompatíveis, do ponto de vista cultural, histórico e religioso”. A discussão sobre um “choque” entre os dois atores tem sido extensa. Brumat (2014, p. 191), ainda, afirma que “muitos veem a Europa como um ‘clube cristão’, que exclui um país porque é islâmico”. Diante disso, analisa-se que a questão da admissão da Turquia à União Europeia e todos os seus desdobramentos traz a temática do “choque de civilizações” das Relações Internacionais para o período atual.

Durante a Guerra Fria, a dinâmica internacional foi marcada pela atuação de duas super potências bélicas e econômicas que disputavam a hegemonia política. Esse quadro político se reproduziu por todo o globo, dividindo-o em dois blocos com ideais opostos, gerando guerras e conflitos com bases ideológicas. Com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional entrou em um processo significativo de mudança, no que diz respeito à identidade dos povos e o relacionamento entre os países. As relações entre as civilizações seriam pautadas não mais por questões econômicas, ideológicas ou políticas, mas sim por elementos culturais. Para Huntington (1997, p. 18), “a cultura e as identidades culturais - que, em nível mais amplo, são

as identidades das civilizações estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria” e, a partir deste recorte histórico, a política mundial torna-se multipolar e multicivilizacional. Os conflitos mundiais estariam pautados em elementos culturais, compondo o “choque de civilizações”.

As duas temáticas - cultura e civilizações - não devem ser pensadas de forma isolada, dado que a maioria das definições de civilizações envolvem o entendimento de cultura. O conceito foi pensado pela primeira vez por Edward Tylor, que a definiu como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR apud LARAIA, 2009). Em suma, a cultura consiste em um aglomerado de ideias, abstrações e comportamentos de um determinado grupo ou sociedade. É importante explicitar que o conceito de cultura é complexo e encontra-se em constante desenvolvimento (LARAIA, 2009; MARCONI; PRESOTTO, 2010).

Quanto ao entendimento de civilizações, o autor divide os conceitos. O conceito de civilização, no singular, é proveniente do pensamento francês do século XVIII. A civilização refere-se à sociedade que não é definida primitiva. Muito se discutiu, na Europa, sobre os critérios que definiam acerca de uma sociedade não-europeia ser civilizada ou não, para que a mesma pudesse ser julgada como parte do sistema internacional. Na mesma proporção, era discutida a noção de civilizações - no plural. Isso significava perceber que haviam outras muitas sociedades complexas, civilizadas do seu próprio jeito (HUNTINGTON, 1997).

Para Braudel, uma civilização é “um espaço, uma área cultural, (...) uma coletânea de características e fenômenos culturais”. Wallerstein a define como “uma concatenação especial de visão do mundo, de costumes, de estruturas e de cultura, que forma alguma espécie de totalidade histórica que coexiste com outras variedades desse fenômeno”. Segundo Dawson, uma civilização é o produto de “um processo especialmente original de criatividade cultural que é o trabalho de um povo em particular” enquanto que para Durkheim e Mauss ela é “uma espécie de ambiente moral que abrange um certo número de nações, sendo cada cultura nacional apenas uma forma especial de todo”. Para Sengler, uma civilização é o ‘destino inevitável da cultura’. (HUNTINGTON, 1997, *apud et al.*, p.46).

O autor resume a ideia de civilizações como uma expressão maior da cultura. Isto é, “as duas envolvem os valores, as normas instituições e os modos de pensar aos quais sucessivas gerações numa determinada sociedade atribuíram uma importância fundamental” (HUNTINGTON, 1997, p.46). Huntington (1997) divide o globo em, pelo menos, oito civilizações. Dentre elas, destacam-se a civilização ocidental e a civilização islâmica. A civilização ocidental engloba a Europa, a América do Norte e outras nações que foram

colonizadas por europeus. A civilização islâmica, por sua vez, teria emergido na Península Árabe e sido difundida por várias localidades, motivo pelo qual englobaria várias culturas como a árabe, a persa e a turca.

A expansão ocidental incentiva a modernização e a ocidentalização. No geral, os líderes políticos ou não aceitam nem a modernização, nem a ocidentalização; ou aceitam a modernização, mas não aceitam a ocidentalização; ou aceitam ambas. Dentre as três maneiras, Atatürk encaixa-se na última classificação. (HUNTINGTON, 1996, p.86). Como mencionado anteriormente, Atatürk tinha como finalidade modernizar e ocidentalizar a Turquia. De acordo com seus ideais, era necessário rejeitar o passado islâmico para que o país pudesse alcançar esses objetivos. Seria necessário reinventar o país, assim como a sua identidade.

A redefinição da identidade civilizacional depende de três pontos: do apoio da elite política e econômica; da população que necessita estar de acordo com a mudança e por fim, a civilização “anfitriã” - o Ocidente, na maioria dos casos, necessita estar favorável ao processo. Entretanto, todo esse trajeto sofre interrupções e é prolongado. Além de que, com base nos antecedentes históricos, será fracassado. Uma “redefinição cultural” de acordo com os objetivos de Kemal Atatürk não foi possível de ser realizada. Para Huntington (1997), a tentativa de líderes que tentam “refazer” suas sociedades é uma ilusão, uma vez que não é possível eliminar toda uma cultura em substituição a outra. Esse processo cria países divididos e não sociedades ocidentalizadas.

Atatürk fez da Turquia um ‘país dividido’, uma sociedade que era muçulmana na sua religião, na sua herança, nos seus costumes e nas suas instituições, porém com uma elite dirigente decidida a torná-la moderna, ocidental e em sintonia com o Ocidente. (HUNTINGTON, 1997, p. 88)

A Turquia ilustra essa questão com a tentativa de sua admissão na UE, desde o final da década de 50 e, conjuntamente, no período atual, em seu empenho nas relações com os países do Oriente Médio. Ressalta-se que a denominação de país dividido relaciona-se à estratégia recente de atuação do Partido da Justiça e do Desenvolvimento e do presidente turco Erdogan, buscando status de país indispensável no Sistema Internacional (NASSER E MORAES, 2016), considerando geopolítica, importância no multilateralismo regional e importância econômica e societária. No caso turco, ser um país dividido confere uma atribuição de ponte entre as duas civilizações - ocidental e islâmica. Todavia, é importante notar que “uma ponte é uma criação artificial que liga duas entidades sólidas, mas não é parte de nenhuma delas” (HUNTINGTON, 1997, p. 185).

4.2 A contribuição da Teoria Construtivista das Relações Internacionais

Assim como para o Realismo, no Construtivismo os Estados são, para Huntington (1997), os principais atores das Relações Internacionais. Todavia, o pensamento difere-se por acrescentar o comportamento das nações. Além de ser moldado pela busca de poder e riqueza, baseia-se nas “preferências culturais, aspectos comuns e diferenças” (HUNTINGTON, 1997, p. 20), de modo que, “os valores, a cultura e as instituições influenciam de forma ampla e profunda o modo pelo qual os Estados definem os seus interesses” (HUNTINGTON, 1997, p. 35). Essa lógica do pensamento de Huntington pode ser relacionada ao Construtivismo.

Devido o advento das questões culturais e identitárias no cenário internacional no pós Guerra Fria, faz-se necessário trazer a contribuição da Teoria Construtivista e dos elementos ideacionais para as Relações Internacionais. O Construtivismo surgiu no fim dos anos 80, com os estudos de Nicholas Onuf. Entretanto, as análises realizadas por Alexander Wendt nos anos 90 se destacaram nos debates que envolviam temas subjetivos. É válido mencionar que há vários enfoques que integram a Teoria Construtivista. Assim sendo, o construtivismo wendtiano será utilizado para a análise da relação entre identidade e construção dos interesses dos Estados.

A análise construtivista reconhece - e critica - as teorias anteriores a ele por serem predeterminadas em estrutura de análise. Essas teorias tradicionais, com base no racionalismo, tentam explicar a realidade do sistema internacional a partir de elementos fixos. De acordo com o Construtivismo, a realidade e os elementos da política internacional são socialmente construídas, a partir da interação dos agentes. Isto é, o mundo não é estático. Pelo contrário, encontra-se em permanente construção e essa construção, por sua vez, está baseada na ação dos agentes (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

(...) os fatos do mundo, inclusive o uso do poder, são socialmente construídos, ou seja, são o resultado de um processo social que “constrói” a consciência de fatos objetivos em parte com base em elementos subjetivos tais como significados lingüísticos, crenças religiosas, aspirações, normas morais, preconceitos, valores culturais, sentimentos, dentre outros. Tais elementos ideacionais, para os construtivistas, formam estruturas motivacionais da ação. Assim, uma das discussões centrais do construtivismo é a da relação entre estrutura e agente e de como se modificam mutuamente. (CASTRO, 2011, p. 47)

O Construtivismo traz o debate agente-estrutura. Para esta corrente teórica, as estruturas são definidas sobretudo por ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais. Essas ideias compartilhadas são provenientes da interação entre os agentes e da distribuição de

conhecimento, gerando um conhecimento coletivo. Esse conhecimento induzirá os agentes a atuarem de determinada forma e, então, reproduzir uma determinada estrutura.

O Construtivismo está associado ao Positivismo, de maneira epistemológica, por considerar que há uma realidade independente da nossa vontade. Além disso, também possui elementos pós-positivistas por defender que a realidade, de forma ontológica, é socialmente construída (SARFATI; 2005). Por esse motivo, o Construtivismo foi considerado como uma via média do Terceiro Debate das Relações Internacionais. Assim, ressalta-se que a finalidade do Construtivismo está em "construir uma ponte entre preocupações positivistas (explicar as relações internacionais) e as pós-positivistas (entender do que são constituídas as relações internacionais)" (SARFATI, 2005, p. 19).

Analisando a admissão da Turquia e a não aceitação do país na União Europeia, sob o enfoque construtivista, leva-se em conta o papel das ideias nos processos de formação identitárias e na formação dos interesses desses Estados. A visão que os Estados possuem uns dos outros é construída de acordo com o modo que os mesmos interagem entre si. Como consequência, a formação da identidade dos Estados configura um elemento crucial na composição de seus interesses. Ou seja, os interesses dos Estados são afetados por valores ideacionais - como esses Estados irão satisfazer seus interesses e interesses próprios, entretanto, vai depender de como eles serão definidos em relação aos outros (CASTRO, 2011; SARFATI; 2005).

“A identidade social é definida como o conjunto de significados que os atores atribuem a si próprios, tomando em perspectiva os outros. É importante notar que as identidades sociais de uma pessoa/Estado podem assumir múltiplas formas” (SARFATI, 2005, p. 261). A identidade da Turquia moderna - construída sob as noções islâmicas - e a identidade europeia - com ideais provenientes do pensamento iluminista (BRUMAT, 2014; GÜMÜŞ, 2016) abordadas anteriormente, de acordo com a perspectiva construtivista, são resultantes de processos de relacionamento entre os Estados. Conforme explica Sarfati (2005, p. 15), “os Estados que se identificam positivamente entre si tendem a cooperar, enquanto aqueles que se identificam negativamente tendem a manter uma relação conflituosa”.

O longo processo de adesão à União Europeia que a Turquia está inserida retrata a dinâmica desses processos de construção social. Os avanços e retrocessos desse processo, envolvendo uma gama de fatores, em sua maioria, ideacionais, estão baseados na lógica construtivista. É importante, portanto, entender que “as identidades, positivas e negativas, não são estáticas. O processo de relacionamento social é contínuo e histórico, o que implica que essas identidades podem ser modificadas” (SARFATI, 2005, p. 263). A depender das

circunstâncias, baseando-se na lógica construtivista, entende-se que nos períodos em que a Turquia e a União Europeia equiparam seus interesses, a cooperação é favorecida, como no caso da Declaração Turquia-União Europeia para conter o fluxo de refugiados. Mas, como a identidades que influenciam em suas políticas - domésticas e externas - não são estáticas, de maneira oposta, quando os dois atores internacionais não têm interesses em consonância, o relacionamento retrocede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo principal analisar o pedido de integração da Turquia à União Europeia. Buscou-se demonstrar que mesmo com a longa duração desse processo e dos mais variados fatores que impedem a integração ao bloco regional europeu, o país continua a buscar sua inclusão. Com os desdobramentos recentes envolvendo a situação migratória e devido à sua geopolítica, a Turquia tem sido um elemento chave para a União Europeia. Todavia, sua adesão ainda é um cenário distante. Percebe-se que a relação Turquia - União Europeia avança, retrocede ou paralisa na medida em que os fatores históricos envolvendo os dois atores internacionais se desenvolvem.

A partir da análise da construção da Turquia moderna foi possível constatar que o passado otomano, bem como a herança kemalista, geraram impactos nos interesses do país em ingressar na União Europeia. Apesar das reformas seculares impostas por Atatürk e as tentativas de mudança do Estado teocrático, o peso da religião ainda exerce grande influência na esfera política. Os valores defendidos pela União Europeia não parecem estar em consonância com o desempenho político atual do país, o que gera impasse no desenvolvimento do processo de adesão.

Observa-se que durante a trajetória da Turquia, sua política externa geralmente priorizou as relações com o Ocidente. Foi possível analisar o desenvolvimento do princípio de “zero problemas com vizinhos”, a partir da ascensão do AKP - Partido da Justiça e Desenvolvimento e atuação do presidente Erdoğan. Contudo, esse fato não significou a desistência de integração à União Europeia. Por fim, buscou-se demonstrar como Huntington (1996) entende a relação Turquia-UE através do choque de civilizações. Dando continuidade, com base no Construtivismo de Wendt, foi analisada como a relação entre a formação das identidades nacionais presentes na Turquia e o interesse dos Estados estão, diretamente, relacionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. *Chefes da ONU pedem que apoio à população síria seja intensificado*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2018/02/23/chefes-da-onu-pedem-que-apoio-populacao-siria-seja-intensificado/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

ALENCAR, Aline de Oliveira. *Islã político e mobilização social na República da Turquia: uma análise discursiva*. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Repressão intensificada na mídia aumenta atmosfera de medo*. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/turquia-repressao-intensificada-na-midia-aumenta-atmosfera-de-medo>>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. *Turquia: 250 mil exigem libertação de jornalistas*. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/turquia-250-mil-exigem-libertacao-de-jornalistas/>>. Acesso em: 4 out. 2018.

BASTOS, Laura; BARRINHA, André. A Turquia de Erdoğan: o início do fim ou somente o fim do início? *Relações Internacionais (R: I)*, Lisboa, n. 44, p. 49-70, 2014.

BERTONHA, João Fábio. O Império otomano e a Primeira Guerra Mundial. *Tempo*, Niterói, v. 18, n. 33, p. 269-273, 2012.

BRUMAT, Leiza. El ingreso de Turquía a la Unión Europea: una cuestión de identidad. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 186-197, 2014.

ÇAKMAK, Cenap. Human Rights, the European Union and Turkey. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, v. 2, n. 3-4, p. 63-90, 2003.

_____. Role of the EU in Turkey's Policy of westernization, Promotion of Human Rights and Democratic Consolidation. *Wise Men Center for Strategic Studies (BILGESAM)*, Istanbul, n. 1224, 2015.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. *Cadernos do REL*, v. 20, n. 1, 2001.

CENTRO CULTURAL BRASIL TURQUIA. *História da Turquia até 1923*. Disponível em: <<http://brasilturquia.com.br/historia-da-turquia-ate-1923/242.html>>. Acesso em: 4 out. 2018.

_____. *A história da República*. Disponível em: <<http://brasilturquia.com.br/a-historia-da-republica-243.html>>. Acesso em: 4 out. 2018.

_____. *Sistemas eleitorais e partidos políticos*. Disponível em: <<http://www.brasilturquia.com.br/sistema-eleitoral-e-partidos-politicos-249.html>>. Acesso em: 4 out. 2018.

CERVO, Amado. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

ÇINAR, Alev. The Justice and Development Party: Turkey's experience with Islam, democracy, liberalism, and secularism. *International Journal of Middle East Studies*, Cambridge, v. 43, n. 03, p. 529-541, 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. *Segundo relatório sobre os progressos realizados na aplicação da Declaração*. 15 jun. 2016. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/PT/1-2016-349-PT-F1-1-PDF>>. Acesso em: 25 set. 2018.

CONSELHO EUROPEU. *Alargamento da UE*. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/enlargement/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. *Declaração UE-Turquia*. 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. *Primeiro relatório sobre os progressos realizados na aplicação da Declaração UE-Turquia*. 20 abr. 2016. Disponível em: <<http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-8175-2016-INIT-pt/pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. *Reunião de dirigentes entre a UE e a Turquia em Varna (Bulgária)*. 03 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2018/03/26/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. *União Europeia - Factos e números*. 2017. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/media/29693/qc0616198ptn.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

ELEMEN, Yusuf. *A cobertura da Mídia brasileira sobre o Golpe Militar de julho de 2016 na Turquia*. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ERMIDA, Graça. *A política externa da Turquia e a União Europeia: o caso da segurança energética*. 2012. 214 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2012.

FELISBERTI, Marina; JULIO, Isabela. A nova política externa da Turquia: uma virada para o Leste? *Boletim de Conjuntura NERINT*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 1-74, nov. 2016.

GÜMÜŞ, Yasin. Is Modern Turkish Identity Compatible With European Identity? *International Journal of Management and Applied Science*, Sakarya, v. 2, n. 10, 2016.

HAYNES, Jeffrey. Politics, identity and religious nationalism in Turkey: from Atatürk to the AKP. *Australian Journal of International Affairs*, Melbourne, v.64, n.3, p. 312-327, jun. 2010.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

İNAÇ, Hüsamettin. Identity problems of Turkey during the European Union integration process. *Journal of Economic and Social Research*, Istambul, v. 6, n. 2, p. 33-62, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LEÃES, Ricardo. A política externa turca sob o AKP. *Revista InterAção*, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2014.

_____. *A política externa turca entre o ocaso das forças armadas e a ascensão dos religiosos*. 2015. 71 f. Artigo (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOCCI, Emanuela. L'Islam di Stato. La figura di Necmettin Erbakan nella Turchia contemporanea. *Diacronie Studi di Storia Contemporanea*, Bolonha, v. 17, n. 1, 2014.

MAIOR, Paulo Vila. A União Europeia após a queda do muro de Berlim: sucessos e desafios. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, Porto, v. 6, p. 196-205, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2010.

MATEO, Luiza Rodrigues. *Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos*. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2011.

NASSER, Reginaldo; MORAES, Willian Roberto. A política externa turca no pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico. *Carta Internacional*, v. 11, n. 2, p. 5-27, ago. 2016. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/555/313>>. Acesso em: 20 set. 2018.

NOGUEIRA; João Pontes. MESSARI; Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PARTIDO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO. *Recep Tayyip Erdoğan*. Disponível em: <<http://www.akparti.org.tr/site/yonetim/genel-baskan>>. Acesso em: 4 out. 2018.

_____. *Seçimler*. Disponível em: <<http://www.akparti.org.tr/site/secimler/genel/2002/>>. Acesso em: 4 out. 2018.

PARTIDO REPUBLICANO DO POVO. *História do Partido Republicano do Povo*. Disponível em: <<https://www.chp.org.tr/haberler/chp-tarihi>>. Acesso em: 4 out. 2018.

PEIXINHO, Maria de Fátima. A Turquia: fronteira entre dois mundos. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto, p. 184-195, 2009.

REIS, Marta. Turquia: os islamistas no poder. *Eurotendências*, Lisboa, p. 365-379, 2005.

SABA, Sérgio. História e Política da Integração no Continente Europeu. In: JÚNIOR, Alberto do Amaral; RATTON, Michelle (orgs.). *União Europeia*. São Paulo, Aduaneiras, 2002

SANDER, Oral. *Nationalism and Peace. The Significance of Atatürk's Movement*. Disponível em: <<http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/44/1567/17023.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SANDRIN, Paula. *Turquia e União Europeia: explicando uma relação resiliente*. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/15369-1442-5-30.pdf/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOCHACZEWSKI, Monique. De Atatürk a Erdoğan: A República da Turquia em três tempos. *Malala*, São Paulo, v. 6, n. 9, p. 70-90, 2018.

TANÖR, Bülent. *Atatürk, Nacimiento de la Turquía Moderna*. Nov. 1981. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000747/074752so.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2018.

TOPRAK, Binnaz. Islam and democracy in Turkey. *Turkish Studies*, Londres, v. 6, n. 2, p. 167-186, 2005.

TURQUIA. *Chronology of Turkey-European Union Relations*. Disponível em: <<https://www.ab.gov.tr/files/chronology.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2018.

_____. *Diretoria para Assuntos da União Europeia do Ministério das Relações Exteriores – Estrutura*. Disponível em: <https://www.ab.gov.tr/organizations_44375_en.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. *The Statement on the Occasion of the World Refugee Day by Minister for EU Affairs and Chief Negotiator Ömer Çelik*. Disponível em: <https://www.ab.gov.tr/the-statement-on-the-occasion-of-the-world-refugee-day-by-minister-for-eu-affairs-and-chief-negotiator-omer-celik_51304_en.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado de Maastricht, de 7 de fevereiro de 1992*. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11992M/TXT>>. Acesso em: 4 out. 2018.

VELASCO, Francisco. *La historia de las religiones: métodos y perspectivas*. Madrid: Akal, 2005.